

**INTELECTUAIS, MÉDICOS E EDUCADORES: INSERÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS
E EDUCATIVAS EM PONTA GROSSA/PR EM MEADOS DO SÉCULO XX**

NILTONCI BATISTA CHAVES*

Estudos que tratam da história da medicina têm destacado os séculos XVIII e XIX como um período de transformação nos saberes e práticas médicas, no qual os médicos – compreendidos como representantes autorizados desse campo – disseminaram ideias e procedimentos inovadores. Com a descoberta dos microorganismos e da capacidade destes em agredir os corpos humanos, surgiram novas interpretações para as formas de transmissão e de combate as doenças que então afligiam a humanidade, como a tuberculose e a cólera. Em razão disso, um movimento “chamado por alguns de *Era bacteriológica*, produziu discursos com a proposição de novas práticas sanitárias, nas quais os indivíduos se tornaram tão ou mais importante que o meio ambiente circundante.” (LAROCCA, 2009:26)

Com base em tais princípios, a noção de controle sanitário sobre pessoas, lugares e coisas tornou-se predominante já na abertura do século XX. O objetivo era claro: “educar”, “civilizar” e “higienizar” a qualquer custo, eliminando fatores considerados adversos e garantindo um futuro venturoso para os indivíduos e para a sociedade.

Em razão disso, foram abandonadas antigas teorias que associavam as doenças a castigos ou motivações espirituais e foram adotadas práticas de intervenção permanente nos corpos humanos e nos ambientes que circundavam as pessoas. O objetivo era alterar a qualidade de vida e, assim, formar cidadãos produtivos e livres de enfermidades que eram vistas como responsáveis pelo atraso de muitas sociedades.

No Brasil, a medicina estruturou-se com base na perspectiva de intervenção no corpo social. Nesse sentido, os médicos estavam “entre os intelectuais que buscavam se impor na sociedade brasileiro, encontravam-se às voltas em construir um campo profissional próprio, organizando escolas e academias científicas.” (LAROCCA, 2009:27)

A partir do século XIX os médicos buscaram estabelecer o monopólio de seu campo de atuação no Brasil e passaram – ao mesmo tempo – a atuar em outros campos como, por exemplo, a história. Tais profissionais se enquadram em uma tradição que então começava a tomar corpo no Brasil no final dos Oitocentos: a dos intelectuais com qualificação superior, isto é, “aqueles que legitimam a Academia como espaço do saber, da reflexão e sobretudo, da

* Professor Adjunto do Departamento de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná.

seriedade. Para pensar, o intelectual necessariamente precisa do isolamento, distanciando-se do incessante burburinho social.” (VELOSO, 2000:243)

Do ponto de vista das ideias e projetos, naquele *fin de siècle* os círculos acadêmicos e intelectuais brasileiros não se mantiveram alheios as criações utópicas que circularam na Europa, compartilhando da euforia que então tomou conta do ocidente e aderindo as novidades da ciência européia.

Na década de 1870 entram em cena várias ideias que buscavam inserir o Brasil no pensamento moderno. Autores como Darwin, Comte, Taine circulam pelo país e é “desse período a fundação, no Rio de Janeiro, da Sociedade Positivista.” (LEONÍDIO, 2007:944)

A influência positivista ajuda a entender a pretensa superioridade e o avanço concreto desses profissionais especializados sobre outros campos do saber. O fato de extrapolarem as ações próprias de sua formação original faz deles homens de cultura, e, nesse sentido, é possível concebê-los como intelectuais:

“O vocabulário e a noção de intelectual são essencialmente criação francesa. No entanto todas as sociedades das mais simples às mais complexas, desde a antiguidade, forjaram tipos portadores de um saber especial: magos, sacerdotes, sábios.

O século XVIII gestou outro modelo de homem de cultura, o pensador ou filósofo, aquele que trabalho no domínio das idéias ... os filósofos foram especialistas do saber prático que ultrapassaram os muros do seu campo de ação para realizar em Tóquio e Quioto em 1965, Sartre definiu o intelectual como “alguém que se mete no que não lhe diz respeito” e que assume atitude contestatória para com o conjunto de verdades e condutas do seu tempo, em nome de uma concepção global de homem e de mundo.” (DITZEL, 1998:6)

Destaque-se, também, a concepção produzida por Antonio Gramsci e que está fundamentada na distinção entre a noção de uma intelectualidade tradicional, ou seja, aquela que se considera uma classe distinta, e os grupos pensantes que as classes sociais produzem natural ou organicamente. Compreendemos que os intelectuais orgânicos não são apenas os grandes pensadores, capazes de formular teorias ou estratégias políticas inéditas. Ao contrário, são aqueles que contribuem com a disseminação de concepções de homem e de mundo e que se envolvem na prática das massas, na condição de dirigentes e/ou organizadores destas, tomando parte nas diversas esferas da vida social.

Partindo de tais premissas, concebemos o intelectual como um mediador simbólico, como um agente histórico encarregado de interpretar e sintetizar a multiplicidade de fatores que integram o “real” tornando-o algo uno e compreensível.

Para se entender o pensamento e a ação coletiva e individual do grupo de “médicos-intelectuais” que atuou em Ponta Grossa ao longo da primeira metade do século XX, em especial entre as décadas 1930/1950, parece-nos necessário analisar a ligação destes ao seu ambiente de formação e a sociedade que integram.

Destaque-se a especificidade encontrada no Brasil ao longo da primeira metade do século XX no que respeita a formação dos campos de atuação das profissões especializadas. Nesse período, timidamente surgem novos profissionais cujo perfil se diferencia daquele vigente nas escolas tradicionais de ensino superior (direito, medicina e engenharia).

Ao mesmo tempo em que se institucionalizam os cursos de ciências sociais, estes intelectuais têm papel de destaque no ambiente cultural do país, pois como explicita Vilhena “... estamos falando de uma fase em que a institucionalização das Ciências Sociais brasileiras era incipiente e grande parte de seus protagonistas ... eram intelectuais polivalentes exercendo ao mesmo tempo atividades de ensino, como profissionais liberais, no jornalismo, no funcionalismo público, etc.” (VILHENA, 1996:128)

As novas demandas, associadas às ciências sociais, que se originaram devido as transformações na sociedade brasileira ao longo da primeira metade do século XX não foram inicialmente supridas por profissionais com formação específica nessas áreas. Devido a fragilidade da estrutura do ensino superior brasileiro naquele período, não existia um número suficiente de profissionais habilitados, o que levou médicos, engenheiros e advogados a assumirem tais funções. Tal quadro leva Thales de Azevedo a definir esses profissionais como “professores improvisados”, destacando os exemplos dos engenheiros Teodoro Sampaio e Plínio Ayrosa (estudiosos do tupy), dos médicos Arthur Ramos (lente do curso de Psicologia Social na Universidade da Distrito Federal), Salvador Petrucci e Raul di Primo (ambos integrantes do curso de Antropologia da PUC do Rio Grande do Sul. (AZEVEDO, 1984:267)

O mesmo ocorre no Paraná, com destaque para a atuação do médico José Loureiro Fernandes que participou da implantação do curso de Antropologia na Universidade Federal do Paraná.¹

Assim como outros médicos de sua geração, Loureiro Fernandes publicou artigos científicos sobre hematologia étnica e antropometria indígena, explorou sambaquis e sítios arqueológicos.

¹ Estudioso dos povos indígenas, em 1936 assumiu a função de diretor do Museu Paranaense e ampliou significativamente as coleções de peças guaranis e kaingang. Foi o primeiro catedrático de etnologia geral e de antropologia do Paraná. Participou da criação do Museu de Arqueologia e Artes Populares (Paranaguá) em 1963.

Paralelo similar pode ser encontrado em Ponta Grossa, uma vez que se observa na cidade uma intervenção social dos médicos no cenário social, assumindo inúmeros espaços e funções, inclusive a de educadores, contribuindo para a ampliação e consolidação de um sistema educacional na cidade.

Um dos maiores exemplos do múltiplo envolvimento desses profissionais encontra-se na militância dos mesmos no Centro Cultural Euclides da Cunha² – CCEC – entidade pela qual passaram vários médicos a partir da década de 1940 e que desempenhou importante papel na vida cultural e educacional ponta-grossense ao longo de quatro décadas.

Marcado pela heterogeneidade de seus filiados, o CCEC pode ser compreendido como um *lócus* privilegiado para a atuação intelectual em Ponta Grossa e foi, predominantemente, orientado a partir de uma visão conservadora de sociedade, próprio da cidade que se originou das grandes fazendas vinculadas ao tropeirismo do século XVIII.

A aceitação das idéias produzidas pelos euclidianos é percebida pelo respeito devotado a estes intelectuais nos campos em que atuaram, nas esferas institucionais pelas quais circulam e pela intensidade que eram requisitados para as mais diversas atividades socioculturais produzidas em Ponta Grossa. São inúmeros os registros que indicam a participação desses intelectuais em eventos e festas oficiais, em comemorações cívicas, em movimentos e campanhas políticas, em jornadas culturais e em atividades literárias.³

Na condição de educadores e jornalistas autodidatas, os intelectuais vinculados ao CCEC se constituíram em formadores de opinião e reforçaram uma visão tradicional de homem e de mundo que já circulava na sociedade local. Marcados por uma preocupação de defesa de valores cívicos e morais, acabaram por apoiar práticas autoritárias, pautadas nas noções de ordem e de bem comum.

² O euclidianismo teve início na década de 1910 e se disseminou pelo Brasil por manifestações artísticas, palestras, exposições, concursos literários e fundação de centros culturais voltados à exaltação do autor de *Os Sertões*. Foi com esse “espírito euclidiano” que, em 1948, um grupo de pessoas liderado pelo professor Faris Michaele fundou em Ponta Grossa o Centro Cultural Euclides da Cunha. Sociedade civil que congregava intelectuais locais preocupados em refletir principalmente sobre literatura, sociologia, filosofia, história, artes e ciências, o Centro possuía membros com formações e princípios divergentes, porém a maioria dos filiados alinhava-se a uma concepção positivista e cientificista que considerava a cultura e o saber como a produção mais elevada do espírito humano. Também são encontrados comunistas, ateus, livre-pensadores, enfim, intelectuais que fugiam ao perfil predominante dos filiados ao Centro. O Centro foi extinto em 1985.

³ Pesquisas que corroboram com tal afirmação tiveram início na década de 1990, com a montagem do Acervo do CCEC pelo Departamento de História da UEPG. Um grupo de historiadores passou a estudar a trajetória do Centro e a participação dos seus filiados na sociedade local entre as décadas de 1940 e 1980, indicando que a entidade e seus filiados cumpriram um importante papel no sentido de estimular práticas culturais e de contribuir para o desenvolvimento educacional ponta-grossense.

Da mesma forma que o CCEC, as agremiações médicas ponta-grossenses⁴ se constituíram (entre as décadas de 1930 e 1950) em espaços compartilhados por uma singular geração de médicos que teve uma intensa atuação para além do campo da medicina na cidade. Seja reunidos em instâncias sociais (clubes assistenciais/culturais/de serviços, instituições educacionais, agremiações esportivas/recreativas, entidades filantrópicas/religiosas, veículos de comunicação, etc.) ou atuando de forma autônoma, tais médicos mantiveram considerável produção intelectual e acabaram por se converter em autoridades em campos como a educação, o jornalismo, as práticas esportivas, a filantropia etc. Pode-se dizer que, naquele momento, os médicos brasileiros compreendiam-se como “responsáveis pela orientação e organização da nação”.

“Professores Improvisados”: A atuação dos médicos ponta-grossenses além da medicina

Ao analisar os discursos médicos para a escola paranaense entre os séculos XIX e XX, Liliana Larocca afirma que estes profissionais assumiram uma espécie de missão na qual se propuseram a “salvar” o povo brasileiro do atraso generalizado no qual ele se encontrava.

A escola era compreendida como uma das instituições responsáveis pela “salvação nacional”, uma vez que se estruturava em princípios de higiene e recebia as prescrições médicas que acabavam repassadas para suas estruturas físicas e para as relações pessoais que abrigava. No Paraná, a escola foi percebida como uma peça indispensável no projeto modernizador e civilizatório pretendido. Essa percepção foi defendida pelos profissionais da medicina, e ganhou peso em virtude do anseio das autoridades pela transformação do estado em uma terra civilizada. Como afirma Larocca, era necessário construir “uma identidade própria e assegurar um lugar no Brasil, romper com o espírito colonizado da comarca.” (LAROCCA, 2009:29)

A aproximação discursiva e de ideais entre os médicos e as autoridades paranaenses fez com que os esculápios ganhassem destaque na cena social e política estadual, possibilitando a estes atuar livremente não só no seu campo de formação original como em outras áreas, em especial, a educação. Nesse sentido, a escola (vista como a instituição fundamental para a formação dos cidadãos) tornou-se um espaço estratégico para a aplicação dos “saberes encampados pela higiene como objeto da medicina, reconhecida como civilizadora”, o que levou as autoridades e os intelectuais paranaenses a perceberem a

⁴ Sociedade Médica Pontagrossense (1931-1941); Centro Médico Eurico Branco Ribeiro (1941-1951); Associação Médica de Ponta Grossa/Regional da Associação Médica Brasileira (1951-2015).

educação como elemento necessário para a efetivação do “processo civilizatório” no estado. Formar “cidadãos civilizados e civilizadores era necessário para o futuro pretendido ao Paraná” e, para tanto, “educar tornou-se imprescindível.” (LAROCCA, 2009:62-64)

Relatórios de presidentes da província indicam que a situação sanitária do Paraná no século XIX era satisfatória. Porém, o crescimento populacional ocorrido nas décadas finais daquele século (sobretudo de Curitiba e de Ponta Grossa) e a ocorrência de algumas epidemias (como a de febre amarela) fez com que as autoridades começassem a investir na melhoria da infra-estrutura sanitária e a incentivar a formação e vinda de médicos para atuar nas principais cidades paranaenses. Além de trabalhar diretamente no campo da medicina, combatendo doenças e epidemias e orientando a população no que respeita as práticas sanitárias propriamente, os médicos que atuaram no Paraná nesse período, acabaram por estabelecer uma relação permanente com a educação, envolvendo-se em questões como a arquitetura escolar, a higiene dos alunos e das escolas, a formação dos professores, etc.

Os intelectuais paranaenses concordavam quanto a ideia de que o estado poderia ser moldado a partir da educação e da higiene e, portanto, era fundamental “educar o povo”, missão essa que dependeria da ação conjunta de médicos e de educadores. Criava-se uma perspectiva do médico como uma espécie de cientista social, com a missão de interferir diretamente na formação humana, forjando cidadãos saudáveis, produtivos e patrióticos, conforme evidencia o texto publicado em 1921 nos Archivos Paranaenses de Medicina:

“Já disse e repito: o medico higienista precisa ser um sociólogo. Além de tratar doentes, deve estudar as doenças collectivas, applicar os meios de prevenil-as, e encarar os assumptos sob os aspectos Moraes e economicos do meio physico e da sociedade em que vae agir. Elle deve levar mais longe a sua nobre missão, e diffundir ininterruptamente noções scientificas, preceitos seguros de hygiene, prophylaxia e eugenia, entre todas as classes, a fim de formar a “consciência sanitária nacional”, que ensina cada indivíduo a agir por iniciativa própria, dando-lhe conhecer o que tem direito de exigir das classes directoras. E á educação higienica bem orientada, está fadada a sua formação entre todas as classes da sociedade brasileira, desde as mais elevadas ás mais humildes.” (ARQUIVOS PARANAENSES DE MEDICINA, 1921:215)

A primeira referência oficial sobre a existência de profissionais da medicina em Ponta Grossa data de 1869, ano em que os registros da Câmara Municipal dão conta da presença de três médicos na cidade. Nos primeiros anos dos Novecentos, paulatinamente, profissionais graduados das faculdades de medicina espalhadas pelo país ou vindos do exterior, elevaram para mais de vinte o número de médicos na cidade.

Entre os médicos que se radicaram em Ponta Grossa estava o Dr. Aluizio França, escultor que por décadas exerceu a profissão em Curitiba e que, segundo Ângela Ganz, possuía

*“... possuía espírito **vanguardista**, sendo caracterizado como precursor da **modernidade científica brasileira**, pois, pela primeira vez, um médico ousou ‘em público gritar pela formação nacional’. Desejava uma medicina que **refletisse as condições** ‘tellúricas, climáticas e raciais’ **brasileiras**, feitas de uma patologia e uma terapêutica própria.*

*As aspirações do Dr. Aluizio faziam parte de **preocupações de outros médicos** e também de **educadores, engenheiros e literatos** que, segundo Herschmann e Pereira, intensificaram a discussão nos anos 20 e 30 sobre o ‘tema da identidade cultural/nacional’, levando à institucionalização do ‘ideário moderno’. [sem grifo no original] (GANZ, 1996:33-34)*

A busca pelo estabelecimento dessa medicina voltada para as tais “condições brasileiras” e pautada na “modernidade científica” nacional a que se refere Ganz, levou diversos médicos a escrever em jornais de grande circulação, tentando, com isso, interferir diretamente na formação da opinião pública nacional. É possível que subjacente a tal prática esteja a noção do apostolado médico, bastante apregoado naquele período e que atribuía aos profissionais da medicina a missão de educadores, redutores e regeneradores do povo brasileiro.

Entre 1930 e 1935, Aluizio França assinou a coluna “Consultório de Ensinamentos as Mães: Higiene, Alimentação e Doenças de Crianças”, expondo cartas enviadas por mães e as respondendo pelo jornal. Alguns médicos que atuaram em Ponta Grossa no mesmo período seguiram caminho similar ao trilhado pelo Dr. França e estabeleceram um diálogo com os pacientes por meio do Diário dos Campos, o mais tradicional veículo de comunicação regular que a cidade possuía na época.

Estima-se que no período compreendido entre as décadas de 1930 a 1950, Ponta Grossa contava com cerca de cinquenta médicos clinicando na cidade. Do ponto de vista da origem social, da trajetória estudantil ou profissional e da atuação individual destes é possível afirmar que eles constituem um grupo bastante heterogêneo. Além da aglutinação em torno das agremiações de classe existentes, boa parte deles se envolveu diretamente em outros campos da vida social ponta-grossense, sendo essa uma prática que os aproxima.

Destaque-se a participação dos médicos na vida política local, com alguns deles ocupando cargos de prefeito municipal e vários outros sendo eleitos para a Câmara Municipal ou para a Assembleia Legislativa do Paraná. Outros tiveram envolvimento direto com as

questões educacionais naquele período. Muitos fizeram parte da comissão que concebeu e negociou a implantação, em 1936, da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa⁵ e integraram o seu corpo docente, conforme publicou o jornal Diário dos Campos em 19 de dezembro de 1936:

*“O dia de hontem terá de figurar em lugar distincto nos anaes educacionaes princezinos, pois que assinala a fundação em nossa cidade do primeiro estabelecimento de ensino superior. Foi fundada, no salão nobre do Gymnasio Regente Feijó, a Escola de Farmacia e Odontologia de Ponta Grossa. Para esse fim foi levada a effeito importante reunião à qual estiveram presentes: Drs. Augusto Eriksen Ribas, Oscar de Paula Soares, **Joaquim de Paula Xavier**, Olympio de Paula Xavier, Júlio de Azevedo, Edwaldo Camargo, Rivadavia de Oliveira, Geraldo Brozel, João Casemiro Manzur, **José Pinto Rosas**, Leopoldo Pinto Rosas, Jayme Gusman, Hermano Jopperet, **Epaminondas Novaes Ribas e Haroldo Beltrão**. Foi, então solenemente declarada fundada a Escola de Farmacia e Odontologia de Ponta Grossa ... Oxalá seja elle o primeiro marco para a fundação de nossa Universidade.”* [sem grifo no original]

Da mesma forma, os médicos também se envolveram na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (FAFI) ocorrida em 1949, sendo, inclusive, o Dr. Joaquim de Paula Xavier escolhido como o seu primeiro diretor e professor da disciplina de Geografia Humana. Dos vinte e sete professores que compuseram o primeiro quadro de docentes da Faculdade, três eram médicos: os Drs. Joaquim de Paula Xavier, Bady Nasser e José Pinto Rosas.⁶

É possível afirmar que entre as décadas de 1930 e 1950 alguns médicos dividiram a sua prática profissional entre a medicina e o magistério, como foi o caso dos Drs. Paula Xavier, Antonio Penteado de Almeida, Haroldo Beltrão, Bady Nasser, Epaminondas Novaes Ribas, Clyceu Carlos de Macedo e José Pinto Rosas. Assim, compreendemos que é possível pensar os médicos ponta-grossenses de meados do século XX como divulgadores científicos, isto é, como popularizadores da ciência – termo empregado para caracterizar determinadas atividades que tinham como finalidade a difusão ou multiplicação do conhecimento científico para públicos não especializados.

⁵ Especialmente os Drs. Joaquim de Paula Xavier, José Pinto Rosas e Epaminondas Novaes Ribas. Quanto os dois primeiros são naturais de Ponta Grossa, o último nasceu no vizinho município de Castro. Todos cursaram medicina no Rio de Janeiro e atuaram nos hospitais ponta-grossenses. Xavier e Pinto Rosas participaram da fundação do Centro Cultural Euclides da Cunha e todos tiveram inserção na vida educacional da cidade, atuando como professores em escolas e faculdades locais.

⁶ O primeiro corpo docente da FAFI era constituído por três bacharéis em Medicina, cinco bacharéis em Direito, seis bacharéis em Engenharia Civil, dois bacharéis em Farmácia, dois licenciados em Letras/Línguas, um licenciado em História e Geografia, um Doutor em Letras, um professor formado pela Escola Normal, um graduado pela Escola Superior de Guerra, dois licenciados em Filosofia/Teologia/Pedagogia e dois licenciados em Matemática.

O Médico-Educador: Uma trajetória típica

A década de 1940 terminou prenunciando transformações generalizadas no Paraná. A ocupação e o desenvolvimento de outras regiões vaticinavam a perda da hegemonia política e econômica dos Campos Gerais no estado. Em Ponta Grossa, tal realidade gerou uma intensa movimentação por parte de grupos políticos e culturais, receosos com a perda de espaços.

Nesse contexto, o CCEC, cujo um dos objetivos era servir como espaço de aglutinação da intelectualidade local, buscava ampliar o seu número de filiados e funcionar como núcleo produtor de discussões e ações relacionadas as mudanças em curso. Em 12 de março de 1950 o Diário dos Campos destacou em uma de suas edições a escolha de novos membros do CCEC:

“Eleitos os novos imortais do Centro Cultural Euclides da Cunha

Conforme estava anunciado, o Centro Cultural Euclides da Cunha, reuniu-se, ontem, para tratar de diversos assuntos referentes ao mesmo. Feita a leitura regulamentar, examinados e resolvidos vários casos, procedeu-se à eleição dos novos membros efetivos, tendo sido eleitos os seguintes: - Dr. Lauro Justus, Sr. Frederico Waldemar Lange e Dr. Chafic Curi, três figuras das mais representativas da cultura paranaense. O primeiro é um facultativo de valor e grande estudioso de várias ciências; o segundo, paleontólogo de nomeada [sic] e assiste do Museu Paranaense; já é conhecido até fora do Brasil; finalmente, o terceiro, advogado e humanista dos mais lúcidos, vem destacando-se em mais de um setor das atividades sociais.”

Naquele mesmo mês, o CCEC iniciou um grande projeto que resultou na criação do Museu do Centro Cultural Euclides da Cunha.⁷ Amplamente divulgado pela imprensa, o fato teve grande repercussão na época e envolveu diretamente alguns dos sócios da agremiação, conforme destacou o Jornal do Paraná⁸ em 31 de março de 1950:

“Teremos um museu... particular!

Todos, entre nós, reconhecem a necessidade de fundação de um museu regional. É uma questão que transcende a simples satisfação de uma vaidade ou luxo de poucos...

O museu, agora, desempenha papel dos mais relevantes na difusão cultural, no intercâmbio de idéias, e coisas no melhor conhecimento das peculiaridades de uma região, no encabeçamento dos cometimentos de ordem geral que visem o progresso de uma comunidade, enfim, em todas aquelas criações e

⁷ Alguns meses de sua inauguração, o acervo do Museu foi repassado para a FAFI que ficou responsável por sua guarda e preservação. Com a criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, o Museu foi oficialmente incorporado ao Departamento de História da instituição que passou a ter a responsabilidade de zelar pelo acervo e promover as ações acadêmicas e culturais próprias de um Museu. Em 28 de março de 1983 o Museu recebeu a denominação de Museu Campos Gerais., a qual mantém até os dias de hoje.

⁸ Criado em Ponta Grossa na década de 1940, o Jornal do Paraná funcionou por um curto espaço de tempo.

inovações que beneficiam o ambiente, levam [sic] em conta, igualmente a cultura pela cultura...

Reunindo-se um grupo de estudiosos, naturalistas e sociólogos, a cuja frente se acham os snrs. Frederico Lange, Felipe Justus, J. Batista Muzzolon, Dr. Faris Antonio S. Michael, Dr. Lauro Justus, Daily Luiz Wambier e outros, ficou resolvido que se procedesse, imediatamente, a fundação de um Museu nesta cidade, devendo a sede provisória funcionar nos salões do Centro Cultural Euclides da Cunha, prestigiosa entidade de projeção continental, a que todos pertencem.

Aos titãs que representam a gente culta deste pedaço do Brasil os nossos votos de inteiro êxito, em tão patriótica empresa.” [sem grifo no original]

Mais alguns dias e o mesmo jornal retomou a questão da criação do Museu afirmando que o mesmo seria contaria com seções de Paleontologia, Etnologia e Antropologia, as quais privilegiariam as questões regionais e que, desta forma, contribuiria para enriquecer o conhecimento dos jovens locais. Destaca ainda que a entidade contaria com um Departamento Científico que abrangeria áreas como a botânica, a zoologia, a geologia e a mineralogia, citando nominalmente os Drs. José Pinto Rosas, Lauro Justus e Joaquim de Paula Xavier, como figuras centrais nesse processo.

A inauguração do Museu do Centro Cultural Euclides da Cunha, ocorrida no dia 15 de setembro de 1950 (data do aniversário de Ponta Grossa) correspondeu a efetivação de uma aspiração que há algum tempo já tomava conta da intelectualidade ponta-grossense. Na década de 1940, em uma visita à cidade, o governador Moisés Lupion falou sobre a possibilidade de instalar uma seção do Museu Paranaense, porém o fato não ultrapassou o plano das palavras.

Importante destacar que naquele momento, sobretudo em razão da ausência de instituições de ensino superior, os museus, as associações culturais (Centros, Grêmios, Institutos, etc.), cumpriam um importante papel de núcleos de congregação de intelectuais e de (re)produção do conhecimento científico. Assim, a abertura de um museu significava dotar a cidade de um importante espaço para a circulação e difusão de idéias e projetos que contribuiriam para o desenvolvimento educacional e cultural local.

Para Drielli Peyerl, a abertura de um museu em Ponta Grossa naqueles meados de século, era algo que coadunava perfeitamente com o ideário paranista então em voga, uma vez que o movimento objetivava “elaborar uma visão diferenciada do Paraná em relação às outras regiões do Brasil, exaltando características locais e de interpretações da ciência ... por meio de centros, museus e universidades que pudessem ... resgatar as origens e raízes locais.” (PEYERL, 2010:37)

Visto dessa maneira, compreendemos que naquele momento, a implantação de um museu correspondia a uma ação em prol do progresso da ciência e do avanço do conhecimento científico em um país no qual as universidades ainda eram poucas e absorviam um pequeno contingente da população nacional. A criação do Museu do CCEC, no ano de 1950, correspondeu a uma das primeiras ações efetivas no campo cultural e educativo nas quais o Dr. Lauro Justus – um ginecologista e obstetra que, ao longo das décadas seguintes, desempenharia um papel de destaque na medicina ponta-grossense – se envolveria.

Lauro Justus: Os “Conselhos às futuras mães”

Nascido em Ponta Grossa em 1917, Dr. Lauro Justus era de origem russo-alemã⁹ e descendia de uma família que chegou a cidade no final do século XIX. Graduou-se pela Faculdade de Medicina de São Paulo, em 1942, e especializou-se em cirurgia geral e ginecologia e obstetrícia pela mesma instituição. Ao longo de sua vida foi um homem engajado em muitas causas, tendo ação decisiva para a criação da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Ponta Grossa – onde desenvolveu projetos e ações voltadas para a proteção da vida de gestantes, parturientes e recém-natos – e para a fundação da Maternidade Sant’Ana, inaugurada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto em 1953.

Além de sua importante trajetória no campo da medicina, o Dr. Justus também desenvolveu intensa atividade literária, cultural e educativa. Em 1933 participou da criação do periódico literário “Luzeiro”, publicação que substituiu ao “Fanal”, a mais tradicional revista cultural ponta-grossense daquele período. Amante das questões antropológicas, históricas e etnográficas, escreveu diversos textos que se tornaram referência para pesquisadores que transitam por tais campos do conhecimento. Em destaque, os estudos desenvolvidos por ele sobre os russos-alemães nos Campos Gerais, um tema praticamente inédito até a década de 1970, quando então ele passou a escrever a respeito da presença desses imigrantes na região, com destaque para um artigo sobre o centenário da chegada desse grupo ao estado, publicado pelo jornal O Estado Paraná.¹⁰ Além disso, traduzia textos do alemão para o português e, na década de 1950, lecionou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa.

Em 1993, ao assinar o prefácio de “Ensaio Turísticos”¹¹ – última publicação escrita pelo Dr. Justus – seu antigo companheiro de CCEC, Egdar Zanoni, destacou suas qualidades como pesquisador das humanidades afirmando ser ele um homem “atento às raízes dos fatos,

⁹ Os russos-alemães constituem um grupo de origem étnica germânica que habitava a região próxima ao Rio Volga, na Rússia. Em 1763, colonos alemães foram convidados pela Czarina Catarina, a Grande para ocupar a região do Baixo Volga e para lá se deslocaram. Na segunda metade do século XIX, a onda nacionalista que ganhou força na Europa o que fez com que esses imigrantes perdessem privilégios que haviam sido concedidos quando da sua entrada naquele país. Em razão disso, grande parte dos “russos-alemães” optou por deixar a Rússia. Alguns retornaram para a Alemanha, outros decidiram imigrar para a América, em especial para a Argentina, Canadá, Estados Unidos e Brasil. Nos Campos Gerais do Paraná, formaram núcleos coloniais e se integraram as cidades da região, desempenhando importante papel na vida econômica, cultural e política regional.

¹⁰ O artigo “Russos-alemães na história colonizadora de Ponta Grossa”, foi publicado pelo jornal O Estado do Paraná (25/09/1977) e fazia menção ao centenário da chegada desse grupo de imigrantes ao estado. No jornal Tapejara, órgão de comunicação do CCEC, também existem textos do Dr. Justus a respeito do tema. Estudos acadêmicos recentes sobre a presença dos russos-alemães nos Campos Gerais continuam utilizando os escritos deixados pelo Dr. Lauro Justus como fonte.

¹¹ Livreto no qual o autor descreve suas viagens pelo mundo durante as décadas de 1970/80 e trata das diferentes culturas, tipos físicos e costumes encontrados por ele em países como União Soviética, China, Alemanha, Estados Unidos, Índia, etc.

nunca amarrado ao colorido das ramas... e é justamente aí que o autor revela seu senso crítico e sua alma de historiador.” As palavras desvelam Lauro Justus como um pesquisador social, como um homem preocupado com o alcance educativo dos conhecimentos que adquiria e transmitia, enfim, alguém com uma verdadeira “alma de historiador”.

Compreendemos que, enquadrado nas características próprias aos meados do século XX no Brasil, o Dr. Lauro Justus pode ser identificado como um intelectual polivalente, ligado a tradição do engajamento em causas humanitárias, e da filiação a academias e institutos voltados para o engrandecimento do espírito humano.

Mesmo tendo exercido a docência na FAFI, compreendemos que o viés pedagógico do Dr. Justus se evidenciou, de fato, por meio da produção de textos em jornais, algo que se tornou constante a partir da década de 1950. Desde então suas contribuições nas páginas dos periódicos locais foram regulares e abordaram temas diversos: história, cultura, educação sanitária, idioma, higiene, raça, ética e práticas médicas, sociedade. Assim, ele se assemelha a outros exemplos citados, como os Drs. Loureiro Fernandes e Aluizio França.

Acreditamos que é possível atribuir a tais intelectuais um papel de educadores a partir daquilo que é discutido por Peter Berger e Thomas Luckmann quando afirmam que a vida cotidiana das sociedades se constrói a partir de uma determinada realidade interpretada pelos homens e dotada de sentidos e coerências. Muitas das idéias que formam “um mundo coerente” se disseminam na dimensão do senso comum, o qual “contém inúmeras interpretações pré-científicas e quase-científicas sobre a realidade cotidiana, que admite como certas.” (BERGER; LUCKMANN, 1985:37) Entendemos que o mérito desses médicos foi atuar como agentes educadores, valendo-se de um mecanismo pedagógico –os jornais – para disseminar no nível do senso comum uma série de idéias que já circulavam entre estes profissionais, mas que estavam distantes do cotidiano das sociedades.

Para Celina Mizuta, o jornal foi utilizado como um elemento fundamental no projeto iluminista que visava promover mudanças nas idéias e comportamentos das “pessoas comuns” na Europa do século XIX e – por sua periodicidade constante e abrangência de temas – passou a ser empregado como instrumento pedagógico, afirmando ainda que a imprensa exerceu função de agente de cultura e de propagadora de ideias. (MIZUTA, 2010)

Analisar o uso dos jornais como instrumentos de ação pedagógica, Péricles Diniz destaca que uma característica dos periódicos é sua função como ferramenta pedagógica decorrente dos conteúdos diversificados, da sua natureza transdisciplinar e de sua linguagem concisa e direta. O uso de manchetes, fotos, legendas, gráficos, tabelas, etc., facilitam e

tornam mais atraente a sua leitura e fazem dos jornais formadores de opinião por excelência, enriquecendo vocabulários e alargando percepções de mundo dos seus leitores. (DINIZ, 2010)

Uma das mais importantes contribuições do Dr. Lauro Justus na utilização do jornal como um instrumento pedagógico se deu ao longo de 1952, quando o médico ponta-grossense assinou uma coluna semanal no Diário dos Campos denominada “Conselhos às Futuras Mães”, inaugurando essa prática entre os médicos locais. Por meio das colunas, o Dr. Justus promoveu um diálogo direto com as gestantes e com as mães que recém haviam dado a luz.

Nesse sentido, compreendemos o Dr. Lauro Justus como um intelectual público, ou seja, “aqueles escritores e pensadores que se dirigem a uma audiência educada e não especializada” (JACOBY, 1990:18) integrante de uma geração que acabou substituída por outra formada por intelectuais que estão mais voltados para a academia e se dirigem a um público específico.¹²

Russel Jacoby compreende que ocorreram mudanças nos hábitos e na linguagem dos intelectuais, o que fez com que, nas últimas décadas, diminuísse consideravelmente o número de intelectuais preocupados em escrever para revistas, jornais ou outras publicações que extrapolam os círculos acadêmicos, alterando a relação entre os estes e o público leigo.

Assim, compreendemos que é possível enquadrar a geração de médicos ponta-grossenses na qual o Dr. Justus se encontra, no conceito de intelectuais públicos, preocupados com a transmissão de uma “cultura pública” e valendo-se, para tanto, de mecanismos pedagógicos como a sala de aula ou da publicação de textos em jornais. Tal geração assumiu claramente a tarefa de atuar como mediadores públicos, construindo uma ponte entre o que era cientificamente produzido e as informações que circulavam entre um público mais amplo, tal qual sugerem Berger e Luckmann. Ao agir assim, os médicos integrantes dessa geração acabaram por ser reconhecidos e respeitados pela população local como legítimos representantes do saber científico, autorizados a retransmiti-lo ao grande público.

Ligados a Ponta Grossa por nascimento ou por terem estabelecido laços sentimentais com ela ao longo de suas trajetórias profissionais, uma parcela dos médicos que compôs essa geração acabou assumindo esse compromisso de transmissão cultural pela via educacional.

¹² Para Jacoby, a partir de meados do século XX, os intelectuais passaram a se vincular de forma cada vez mais intensa as academias, o que fez com que estes se preocupassem mais com seus empregos, carreiras e salários do que, propriamente, com a disseminação de informações para um público mais amplo. Segundo Jacoby, para esta geração de intelectuais, “os campi são seus lares; os colegas, sua audiência; as monografias e os periódicos especializados, seu meio de comunicação.” (Op. cit., p. 19).

Compreender a atuação desses intelectuais, sintetizados na figura do Dr. Lauro Justus, é fundamental para entender a relação entre as ações educacionais e culturais então praticadas em uma cidade do interior do país e a forma como estas ações se vinculavam aquelas promovidas nos grandes centros de produção científica, bem como a filiação desses intelectuais com os grandes movimentos socioculturais em curso no país ou fora dele. A partir disso, cremos que é possível perceber de que forma as práticas e as idéias que circulavam em Ponta Grossa se enquadravam na dimensão da construção nacional, preocupação presente na intelectualidade brasileira ao longo do século XX.

Tal reflexão pode parecer óbvia, porém, entendemos que o perfil e o posicionamento dos intelectuais que militaram nas ciências sociais brasileiras durante a primeira metade do século XX variou conforme o nível de relacionamento e/ou independência que estavam das lideranças políticas locais, do espaço social que ocupavam e das matrizes filosóficas que professavam. Se nos meados dos Novecentos os grandes centros assistiram a instalação e a ampliação de universidades e de cursos superiores, bem como a qualificação de profissionais para as ciências sociais e para a educação, no interior do país a situação era bastante diferente, com a permanência da figura dos “intelectuais polivalentes” citados por Vilhena.

Enquanto nas grandes cidades (compreendidas como centros de produção científica do país) criaram-se núcleos especializados sobre um pensamento nacional, foi a vulgarização desse conhecimento que permitiu atingir o nível do senso comum e, dessa maneira, criar ou consolidar a hegemonia desse conhecimento em amplos segmentos da população brasileira.

Esse processo resultou, em parte, da atuação dos “intelectuais polivalentes”, os quais geralmente encontravam-se reunidos em associações ou núcleos profissionais ou culturais e atuavam de forma a disseminar o conhecimento que se originava na ciência mas que em muitas situações se popularizava por meio dos veículos de comunicação de massas.

Estamos diante de um quadro de mediação sociológica feita por esses intelectuais. Hipoteticamente, tais figuras eram mais prestigiadas nas cidades do interior brasileiro, nas quais as relações sociais eram mais próximas e as instituições de ensino superior simplesmente não existiam ou ainda eram incipientes:

“É o intelectual do interior, polivalente, que exerce múltiplas atividades, autodidata muitas vezes, preocupado com a nação e o povo brasileiros. Portador de uma cultura erudita, especializa-se através de seu esforço pessoal em diversos campos da cultura, isolado dos grandes centros se vincula às mais variadas agremiações culturais. É ao mesmo tempo integrante de diversos círculos de cultura, em muitos deles apenas como sócio-correspondente. Em geral, escreve na

imprensa local e regional e tem grande dificuldade para publicar suas obras.”
(DITZEL, 1998:94)

O envolvimento desses intelectuais polivalentes com as questões locais os transforma em importantes mediadores sociais no tocante a disseminação de idéias e de projetos entre os ponta-grossenses. Divulgar as concepções e os valores que acreditavam e defendiam parece ter sido a grande preocupação de intelectuais como o Dr. Lauro Justus. Nesse sentido é possível compreendê-lo como um intelectual público que difundia seus pensamentos e exercia uma mediação cultural e educacional no conjunto social ponta-grossense naquele período.

Referências bibliográficas:

- AZEVEDO, Thales de. **Primeiros mestres de antropologia nas faculdades de filosofia**. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO – N. 82. Fortaleza/Rio de Janeiro: Edições UFC/Tempo Brasileiro, 1984.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CHAVES, Niltonci Batista Chaves. **Entre “preceitos” e “conselhos”**: Discursos e práticas de médicos-educadores em Ponta Grossa?PR (1931-1953). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.
- D’OLIVEIRA, Nelson Saldanha. **Páginas de seis vidas**. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 1986.
- DINIZ, Pérciles. **O jornal impresso na educação**. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/publica/components/com_mtree/attachment.php?link_id=20&cf_id=31>. Acesso em: 26 dez. 2010.
- DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. **O arraial e o fogo da cultura**: Os euclidianos pontagrossenses. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 1998.
- GANZ, Ângela Lucia. **Vozes do diálogo**. Mães e médicos na Curitiba de 1910 a 1935. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- JACOBY, Russel. **Os últimos intelectuais**: A cultura americana na Era da Academia. São Paulo: USP, 1990.
- JUSTUS, Lauro. **Ensaio Turísticos**. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 1993.
- LAROCCA, Liliana Müller. **Higienizar, cuidar e civilizar**: O discurso médico para a Escola Paranaense (1886-1947). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.
- LEONÍDIO, Adalmir. **Utopias sociais e cientificistas no Brasil, no final do século XIX**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos v. 14, n. 3. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, set. 2007.
- MIZUTA, Celina Midori Murasse. **Os jornais do século XIX e a pesquisa em História da Educação**. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../LpN641h.doc>. Acesso em: 03 ago. 2010.
- PEYERL, Drielli. **A trajetória do paleontólogo Frederico Waldemar Lange (1911-1988) e a história das geociências**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2010.



17

VILHENA, Luís Rodolfo. **Os intelectuais regionais:** Os intelectuais de folclore e o campo das ciências sociais nos anos 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 32, ano 11, out. 1996.

Fontes:

Archivos Paranaenses de Medicina. Anno II, set./out., 1921.

Jornal Diário dos Campos. Ponta Grossa. Acervo Museu Campos Gerais.

Jornal do Paraná. Ponta Grossa. Acervo Museu Campos Gerais.